

UNIVERSIDADE PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO DA CONTRIBUIÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL/UFFS

1. INTRODUÇÃO

As instituições de educação superior, com destaque às universidades públicas, assumem extrema relevância para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, de modo geral, e para o desenvolvimento local e regional, de forma particular.

As universidades públicas se destacam, conforme Nogueira (2013), porque além de atuar na formação profissional e cidadã da população, concentram a maior parte da pesquisa produzida no país, e impactam significativamente no desenvolvimento local e regional, sobretudo por meio de ações de extensão e de inovação, promovendo a relação entre a universidade e a sociedade.

Universidade Pública e Desenvolvimento Regional se constituem em temas investigados por pesquisadores de diferentes campos de saber, como Administração, Economia, Educação, Ciências Sociais, entre outros, sobretudo frente ao contexto da expansão e interiorização da educação superior brasileira a partir de meados dos anos 2000.

Nesta perspectiva, este estudo tem como foco a relação entre Universidade Pública e Desenvolvimento Regional, tomando como referência o caso da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que foi criada em 2009 e iniciou suas atividades em 2010. E o objetivo central deste artigo é analisar as principais contribuições da UFFS para o desenvolvimento de sua região de atuação.

Este artigo compõe-se, além desta introdução, de mais quatro partes. A segunda consiste nos fundamentos teóricos sobre Universidade Pública e Desenvolvimento Regional. A metodologia utilizada nesta investigação será descrita na terceira parte. Na quarta será apresentada a criação da UFFS e sua contribuição para o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul. Na quinta e última parte, tem-se as considerações finais.

2. UNIVERSIDADE PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Estudos sobre a contribuição das universidades para o desenvolvimento regional ainda são recentes, mas demonstram que esse novo “papel” que a universidade atualmente é chamada a assumir, caracteriza-se como uma terceira missão, conforme analisam Serra e Rolim (2013, p. 84):

A Terceira Missão das universidades tem sido reconhecida no âmbito acadêmico e das políticas públicas como uma ferramenta com grande potencial de contribuição ao desenvolvimento socioeconômico. Ela envolve um amplo espectro de ações, as quais estão relacionadas com a geração, uso, aplicação e exploração de conhecimentos e outras capacidades da universidade além do ambiente acadêmico.

As universidades públicas, na visão de Santos (2004), em geral sofrem ataques de caráter econômico e ideológico, muitas vezes por não atenderem ao projeto de país pensado pelas elites. “Para as elites, as universidades são muito livres, muito críticas”. As universidades brasileiras passaram por transformações significativas nos últimos anos, com a lei de reserva de vagas que, alterou o perfil da população estudantil.

Nesta perspectiva, Chauí (2003) argumenta que cabe ao Estado propor uma educação que disponha de condições adequadas para formar cidadãos que consigam atender as necessidades da sociedade e não apenas formar profissionais para o mercado de trabalho. O contexto histórico e social das universidades nos remete à uma instituição fomentadora do conhecimento e formadora de cidadãos mais responsáveis e solidários.

Portanto, a universidade deve se ligar aos movimentos sociais, às organizações sociais, àqueles que precisam mais da universidade. Neste sentido, faz-se necessário reconhecer o conhecimento produzido nesses grupos (SANTOS, 2004). Além disto, ao se comemorar os 70 anos dos direitos humanos, as universidades devem ser protagonistas na defesa dos novos direitos humanos, como o direito da natureza, o direito à diversidade e o direito à memória e à história.

As universidades federais no Brasil obtiveram com a Constituição Federal de 1988 três papéis obrigatórios na sua atuação, conforme Art. 207: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

A Rede Federal de Educação Superior foi ampliada a partir de 2003 com a interiorização dos *campi* das universidades federais, passando a atender 237 municípios até o final de 2011, quando em 2003 o número era de 114 municípios (BRASIL, 2010). Essa expansão deu-se a partir do Programa Reuni, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que se constituiu numa das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em reconhecimento ao papel estratégico das instituições federais de ensino superior para o desenvolvimento econômico e social.

O término do Programa Reuni se deu em 2014. Sobre a avaliação do Programa Reuni, Sales *et al.* (2017) entende que como se refere à uma política pública educacional, diante do seu encerramento, faz-se necessário encontrar alternativas para traçar futuros rumos para a educação superior brasileira. Por parte do governo federal não se identificam perspectivas promissoras em prol do ensino superior, sendo assim primordial que discussões ocorram a fim de que novas propostas para o desenvolvimento da educação superior possam ser criadas.

O reconhecimento da importância das universidades na produção da ciência, no processo de inovação tecnológica e na formação de recursos humanos é apontada por Rolim e Serra (2009, p. 12). “O progresso social, o avanço da democracia, a melhor distribuição de renda e uma sociedade mais justa tem na educação um dos pilares de sustentação”. Logo, o processo de expansão das universidades brasileiras deveria e/ou deverá levar em consideração particularidades de cada região, especificidades e estágio de desenvolvimento, ou seja, deve estar em consonância com o desenvolvimento regional.

Na atual economia globalizada, o ambiente local/regional apresenta importância equivalente a macroeconomia nacional, no que tange a habilidade das empresas e regiões em competir. Esse cenário tem exigido das universidades uma nova postura em relação às suas atividades tradicionais de Pesquisa (inovação e tecnologia); Ensino (educação continuada) e aqui entra a Extensão – no engajamento social e promoção de atividades culturais realizadas em cooperação com a comunidade/sociedade. Estudos sobre a contribuição das universidades para o desenvolvimento regional ainda são recentes, mas demonstram que esse novo “papel” que a universidade atualmente é chamada a assumir, caracteriza-se como uma terceira missão, conforme analisam Serra e Rolim (2013).

O estudo de Hoff *et al.* (2012), sobre o investimento na expansão do ensino superior por meio de Universidades Públicas Federais realizado na última década, demonstra como a expansão das novas unidades se dá sobre áreas consideradas como prioridade para o desenvolvimento regional do país dentro do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

A universidade pública, no entendimento de Manolescu e Liberato (2008), acaba modificando o “tripé” ensino, pesquisa e extensão, acrescentando a ele o termo “promoção social”. Deste modo, o papel das universidades no desenvolvimento regional, passa a ser considerado como de imensa relevância para a aceleração do crescimento econômico-social local ou regional.

Hoff, San Martin e Sopena (2011), a partir do estudo dos impactos diretos e indiretos da universidade na sociedade, apresentam um modelo, em que a universidade, de modo geral, impacta o desenvolvimento regional positivamente porque:

(1) **Influencia a Demanda Agregada:** Amplia ou cria demanda por meio de: investimentos, despesas de custeio, obras e equipamentos, mão de obra, habitação, transporte, lazer, serviços públicos, serviços de conveniência (fotocópias, livrarias, papelarias, lanchonetes).

(2) **Influencia o Ambiente Cultural:** Forma cidadãos; Dissemina novas ideias; Sensibiliza para ideias complexas, sistêmicas, associativas e cooperativas; Sensibiliza para ideias vinculadas ao desenvolvimento; Propicia contato com atividades culturais diversas.

(3) **Influencia o Ambiente Empresarial:** Gera fontes de modificação da cultura organizacional vigente; Inclusão de P&D nas organizações; Qualificação dos recursos humanos; Aumento da produtividade dos fatores de Produção; Formação de lideranças com visão estratégica e sistêmica sobre os recursos e condicionantes econômicos regionais; Surgimento de novos empreendimentos; Surgimento de ambiente de inovação; Disponibilização de suporte científico e tecnológico;

(4) **Gera Empregos e Renda:** Cria postos de trabalho diretos; Cria postos de trabalho indiretos (contratação de terceiros e ampliação da demanda agregada); Distribui bolsas de estudo diretas; Viabiliza bolsas de estudo indiretas.

(5) **Dinamiza as Economias Regionais:** Gera capacidade de lidar com complexidade, incentivando o desenvolvimento de processos sistêmicos; Colabora na potencialização de recursos locais; Colabora na melhor alocação das atividades produtivas no território; Colabora na qualificação das políticas públicas; Colabora no acesso a recursos externos à região; Propicia desenvolvimento e transferência de capital intelectual.

(6) **Modifica a Infraestrutura Local:** A ampliação de demanda pressiona a modificação da estrutura em Educação; Habitação; Transporte; Lazer; Comércio; Serviços públicos; Serviços de manutenção; Serviços de conveniência.

Merece destacar que o termo desenvolvimento ainda é muito debatido e tem trazido inúmeras análises, haja vista sua vinculação aos processos de acumulação de renda e de industrialização de determinada localidade, não obstante o termo desenvolvimento vai muito além desses aspectos (SIEDENBERG, 2003). Para que exista o desenvolvimento, mudanças de ordem política, cultural, humana, social e também econômica são necessárias, ou seja, o incremento positivo na saúde, educação, habitação transporte, alimentação, lazer, dentre outros, trará não somente desenvolvimento, mas sim desenvolvimento socioeconômico, o qual por meio de processos sociais e econômicos acarretam melhorias na qualidade vida (OLIVEIRA, 2002).

A definição de região e de desenvolvimento, conforme Paiva (2005), é de que a “região” não é apenas uma entidade física e sim uma construção social onde o desenvolvimento endógeno é um processo de ampliação do bem-estar da população. “Entendemos por “desenvolvimento” a ampliação sustentável (nos planos econômico, social e ambiental) da oferta e da apropriação de bens materiais e culturais por parte de uma determinada comunidade” (PAIVA, 2005, p. 2).

O desenvolvimento, na visão de Sen (2010) deve objetivar, acima de tudo, a expansão da liberdade das pessoas, e afirma que quanto maior a liberdade de um indivíduo, mais ele melhora a si e influencia positivamente a comunidade onde vive.

O desenvolvimento na sua perspectiva regional passou a ser discutido no período pós II Guerra Mundial, quando as ideias de diversos teóricos passaram a influenciar o planejamento econômico regional nos países periféricos, principalmente na América Latina (LIMA; SIMÕES, 2009). O estado é considerado pelos estudiosos como o principal indutor do

desenvolvimento regional, sendo o órgão capaz de gerar subsídios para que os agentes sejam ativos e críticos na promoção do processo de desenvolvimento.

Alinhados a essa nova concepção do desenvolvimento, em 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), a qual trataria da paz mundial, da educação, da alimentação e coordenaria programas que auxiliassem no desenvolvimento dos países. Atualmente a ONU conta com 193 países membros, os quais buscam concretizar, além de muitas outras demandas, a ambiciosa Agenda 2030, aprovada durante a 70ª Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2015.

Na Agenda 2030 foram definidos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas, os quais foram construídos sob o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Integrados e indivisíveis, os ODS equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável, a saber: a econômica, a social e a ambiental (ONU, 2015).

Logo, além da capacidade em contribuir com o desenvolvimento regional, as universidades são fundamentais também na consecução dos ODS. A colaboração e o trabalho em rede entre instituições de ensino e todos os demais agentes de transformação da sociedade são essenciais para avançar e revigorar a pesquisa e o ensino acerca da sustentabilidade. Para Telocken e Junges (2019, p. 04) “a sustentabilidade deve ser discutida a partir de uma visão transdisciplinar, de aprendizado mútuo entre ciência e sociedade, a fim de superar a abordagem tradicional de uma disciplina”.

À vista disso, seja em prol do desenvolvimento regional ou para o alcance dos ODS, é evidente que um agente sozinho não poderá resolver os desafios globais e/ou regionais, necessita-se de ações coletivas e estreita colaboração entre governos, autoridades regionais/locais, instituições internacionais, universidades, organizações filantrópicas, grupos de voluntários, entre outros. Todos em busca de um mundo em que cada localidade desfrute de um crescimento econômico inclusivo e sustentado, desenvolvimento social, proteção ambiental e erradicação da pobreza e da fome (ONU, 2015).

Em específico a função das universidades, conforme Silva e Melo (2010), pode ser verificada inicialmente pela responsabilidade social que essas instituições têm com a comunidade, pois ao perceber que o compromisso assumido vai além da sua cadeia produtiva, é gerado o nexo causal acerca do desenvolvimento, e a partir do envolvimento da universidade com os problemas sociais é que haverá a possibilidade da efetiva contribuição dessa instituição para o desenvolvimento local.

As IES têm forte impacto no processo de desenvolvimento regional à medida que estabelecem vínculos e compromissos e estão voltadas a superação das questões da região em que estão inseridas. As universidades desempenham, conforme Fagundes e Giroletti (2013), um papel estratégico como agentes do desenvolvimento regional, seja pela formação do capital humano, seja pelas pesquisas científicas e tecnológicas, assim como pela maior dinamização da economia local.

Na literatura sobre Universidade Pública e Desenvolvimento Regional, parece haver consenso entre a maior parte dos pesquisadores quanto à importância da mesma na promoção do desenvolvimento. O papel da universidade no desenvolvimento regional, na visão de Rolim e Serra (2009), vem recebendo atenção crescente nos últimos anos, sendo considerado como elemento chave deste processo.

Por fim, observa-se que a relação entre Universidade Pública e Desenvolvimento Regional encontra aderência com as Políticas Públicas como o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação e, também, intensificação e coincidência de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional, como o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços-Sub-Regionais (PROMESO).

3. METODOLOGIA

A pesquisa quanto a sua abordagem foi qualitativa, cujo objetivo foi descritivo, A estratégia de investigação utilizada foi o estudo de caso simples (YIN, 2005).

Os procedimentos técnicos adotados foram as pesquisas bibliográfica e documental (VERGARA, 2014). O levantamento bibliográfico, além da literatura sobre Universidade Pública e Desenvolvimento Regional, identificou trabalhos acadêmicos e respectivas publicações sobre outras universidades públicas, e especialmente sobre a UFFS. Entre os documentos analisados destacam-se: Relatórios de Gestão, Relatórios da CPA, I e II Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE) da UFFS, que ocorreram em 2011 e em 2018, respectivamente.

A análise dos dados documentais fundamentou-se no confronto do referencial teórico constituído com os dados empíricos, seguindo a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2006). Assim, mediante uma leitura compreensiva dos materiais coletados foram configuradas as categorias de análise do presente estudo, a saber: histórico e caracterização da UFFS, princípios e objetivos institucionais, feitos e ações que contribuíram para o desenvolvimento da Mesorregião Fronteira Mercosul.

4. A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS) E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Historicamente desassistida pelo poder público principalmente com relação ao ensino superior, a Mesorregião Grande Fronteira MERCOSUL (Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul) há décadas demandava uma universidade federal. A partir da preocupante constatação de que na metade sul do Estado existia quatro universidades federais, e que os jovens que para lá migravam dificilmente retornavam, foi constituído, no ano de 2005, o Movimento Pró-Universidade Federal do Norte do Rio Grande do Sul. Estabelecido a partir da organização de comitês, seminários, audiências, atos públicos e ampla mobilização regional, o movimento liderou uma série de processos que culminaram na criação da UFFS. Da união de forças com o movimento que pleiteava o mesmo objetivo no oeste de Santa Catarina e no sudoeste do Paraná, cujas características sociais, culturais e econômicas eram muito semelhantes, surgiu a propositura de uma instituição multicampi e interestadual, possibilitando acordos mais concretos com o governo federal (BENINCÁ, 2011).

Em junho de 2006, liderado pela Via Campesina e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (Fetraf Sul), um grupo de cerca de 70 pessoas, por meio de representante, retomou o diálogo com o Ministro da Educação. Após a recusa por parte do grupo, à proposta do Ministro em instalar um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) na região, ficou acordada a criação de uma comissão de elaboração do projeto de criação da universidade, instituída oficialmente em 2007, por meio de portaria do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Em 2008, o Projeto de Lei de Criação da Universidade foi assinado e enviado ao Congresso Nacional, e em 2009 ocorreu a posse da Comissão de Implantação da UFFS. No dia 15 de setembro de 2009, foi então oficialmente criada a UFFS, sob a Lei N° 12.029, vindo a iniciar suas atividades acadêmicas no dia 29 de março de 2010.

A relevância do local e a participação dos diversos atores sociais na conquista da UFFS são destacados por Benincá (2011, p. 45):

Cabe ressaltar, portanto, a ampla compreensão acerca da importância e da necessidade de uma universidade federal na circunscrita área geográfica. Por outro lado, também merece destaque a iniciativa dos diversos segmentos da sociedade, bem como a luta concreta, articulada e estratégica em torno desse “sonho” que se tornou realidade. Sobressai ainda a noção consagrada pela cidadania ativa de que direito não se ganha, se conquista! E, de tudo isso, o que chama mais a atenção é o fato inédito dos movimentos sociais populares se estabelecerem como vanguarda de um processo que teve como mote central o valoroso direito à educação superior, pública, inclusiva e de qualidade para todos.

A UFFS foi a primeira universidade pública federal brasileira nascida dos movimentos sociais, englobando cerca de 400 municípios da Mesorregião Grande Fronteira MERCOSUL – Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul. O processo de criação da UFFS inicialmente contou com a instalação de cinco *campi*: Chapecó (SC) – sede da Instituição; Realeza e Laranjeiras do Sul (PR); Cerro Largo e Erechim (RS). Desde 2013, a cidade de Passo Fundo também passou a contar com um *campus* da UFFS, o qual oferece o primeiro curso de Medicina do Brasil instituído através do programa de expansão das escolas médicas do governo federal.

Figura 1 - Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul



Fonte: UFFS (2012, p. 15).

A UFFS expressa a possibilidade de que é possível desenvolver ensino superior público numa região que recentemente apresentava poucas perspectivas, como afirmam Trevisol, Cordeiro e Hass (2011, p. 32).

A UFFS é a mais viva e recente expressão da capacidade de mobilização dos atores sociais que, há décadas, lutam em defesa dos ideários mais importantes da emancipação social, como democracia, igualdade, respeito à diversidade, cidadania, direito à educação pública, gratuita e de qualidade, sustentabilidade e justiça social. Sua origem se dá, portanto, no âmago da sociedade civil organizada. Ela nasce de “fora para dentro”; surge dos movimentos sociais e, na sequência, legitima-se como instituição pública estatal por meio da Lei Federal 12.09/2009.

Contudo, fica evidente que a UFFS surge “de baixo para cima”, partindo do entendimento do desenvolvimento endógeno, mediante uma mobilização de atores e movimentos sociais da Mesorregião da Fronteira MERCOSUL que, articulados com seus representantes legislativos reivindicaram a expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) para o interior do estado, considerado que nessa região o acesso ao ensino superior implicava em alto custo financeiro e/ou na emigração de jovens do interior para os grandes centros.

A UFFS, desde o seu primeiro processo seletivo, favoreceu o ingresso dos alunos oriundos da escola pública. Por meio do fator escola pública, índices de 10%, 20% ou 30%

aplicados à nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) contemplavam cada ano do ensino médio cursado nessa rede escolar. Agora, com a nova lei da reserva de vagas nas instituições federais de educação (Lei nº 12.711/2012, Decreto nº 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC nº 18/2012), implantada integralmente em 2013 e que contempla todos os cursos de graduação, em todos os turnos de oferta, a UFFS está promovendo mais uma revolução no Brasil. Ao desenvolver uma política de ingresso que respeita e atende a atual situação das escolas de ensino médio público nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, a UFFS reserva em torno de 90% das vagas na graduação para estudantes que cursaram o ensino médio exclusivamente em escola pública.

O projeto político institucional da UFFS foi definido levando em consideração a participação social. A proposta definida caracterizou a instituição como “universidade popular”, que assumiu os compromissos de inclusão social, gestão democrática, escola pública, agricultura familiar e agroecologia (TREVISOL, 2015).

A Universidade como uma criação histórico-social, é, portanto:

uma instituição constituída e constituinte da sociedade, mas, ao mesmo tempo, tem a missão de ser instância de reflexão crítica da sociedade e de si, o que implica em pensar teórica e conceitualmente o tempo histórico em que se situa e a si própria em relação a ele. Portanto, é compromisso da universidade pensar, não apenas os problemas e as grandes questões de sua época, mas também refletir, crítica e profundamente, sobre si mesma, sobre seu papel, sobre sua responsabilidade e sobre os resultados do conhecimento que produz e dissemina acerca daquelas grandes questões (UFFS, 2012, p. 20).

Assim, a UFFS se ancora no entendimento de que a Universidade deve assumir uma postura política voltada para o desenvolvimento de um processo investigativo e pedagógico vinculado organicamente aos processos sociais, comprometida com a construção de práticas orientadas pela justiça social, pela radicalidade democrática, por valores humanistas e coletivistas, pela ampliação e socialização do conhecimento e pela consolidação da ciência. Nesta perspectiva, a relação entre Universidade e Sociedade tem sido marcada pelo diálogo investigativo e crítico

A UFFS, universidade pública, popular, gratuita e democrática e, de acordo com seu histórico e contexto de implantação, uma instituição multicampi, interestadual e interiorana, tem como Missão

contribuir para que a produção do conhecimento científico e a inovação tecnológica façam parte de um projeto de desenvolvimento que priorize a formação humana, a inclusão social e a preservação das riquezas naturais, combatendo as desigualdades regionais e garantindo o acesso à formação superior na própria região (UFFS, 2012, p. 12).

Frente a essa missão, a UFFS tem como objetivos gerais:

A) Oferecer qualificação profissional e cidadã de qualidade que proporcione a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população;

B) Produzir e compartilhar com as populações locais conhecimentos e tecnologias que contribuam para a permanência dos jovens graduados na região, revertendo o processo de litoralização;

C) Contribuir para o desenvolvimento regional integrado, sustentável e solidário, buscando a interação e a integração das cidades e Estados que compõem a grande fronteira do Mercosul e seu entorno, respeitando a diversidade econômica, política e sociocultural das microrregiões;

D) Buscar a excelência na realização das atividades de Ensino, de Pesquisa e de Extensão.

As Conferências de Ensino Pesquisa e Extensão (COEPE) I e II, realizadas na UFFS, respectivamente, nos anos de 2011 e 2018, tiveram papel imprescindível nas diretrizes e princípios que norteiam e fundamentam a atuação da UFFS na comunidade regional, brasileira e mundial.

Os princípios que orientam as políticas de Ensino, de Pesquisa e da Extensão da UFFS definidos na I COEPE:

Quadro 1 - Princípios Institucionais da UFFS

1	Respeito à identidade universitária da UFFS, o que a caracteriza como espaço privilegiado para o desenvolvimento concomitante do ensino, da pesquisa e da extensão.
2	Integração orgânica das atividades de ensino, pesquisa e extensão desde a origem da instituição.
3	Atendimento às diretrizes da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, estabelecidas pelo DECRETO No. 6.755, DE 29 DE JANEIRO DE 2009, cujo principal objetivo é coordenar os esforços de todos os entes federados no sentido de assegurar a formação de docentes para a educação básica em número suficiente e com qualidade
4	Universidade de qualidade comprometida com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País. 5
5	Universidade democrática, autônoma, que respeite a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais.
6	Universidade que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade.
7	Uma Universidade que tenha na agricultura familiar um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento.
8	Uma universidade que tenha como premissa a valorização e a superação da matriz produtiva existente.
9	Uma universidade pública e popular.
10	Uma universidade comprometida com o avanço da arte e da ciência e com a melhoria da qualidade de vida para todos.

Fonte: UFFS (2012, p. 21-22).

Os objetivos gerais do Ensino da Graduação, da Pesquisa e da Extensão são demonstrados nos Quadros 3, 4 e 5.

Quadro 2 - Objetivos Gerais do Ensino da Graduação da UFFS

1	Promover o acesso à Ciência, Tecnologia e Cultura e às suas formas de produção, sobretudo para as camadas sociais historicamente excluídas.
2	Fomentar o desenvolvimento de Projetos Pedagógicos de Cursos articulados com as demandas regionais e nacionais com a perspectiva de contribuir para a diminuição das desigualdades sociais.
3	Realizar uma ação educativa dialética e problematizadora que promova o desenvolvimento da cognição e da afetividade na construção de novas significações sociais.
4	Promover a diversidade no espaço da Universidade e incluir as diferenças culturais do mundo contemporâneo no contexto curricular como pressuposto para a formação profissional e cidadã
5	Criar um espaço intelectual e político plural, fomentando o diálogo e o debate entre diferentes posições teóricas, olhares e perspectivas.
6	Fomentar a cooperação entre os membros da comunidade acadêmica de diferentes cursos, campi e instituições com o intuito de promover processos e práticas pedagógicas orientadas por valores humanistas e coletivistas, justiça social e democracia.
7	Promover o exercício da reflexão crítica e a (re) construção de saberes por meio da investigação e da indagação permanente sobre as práticas sociais e profissionais, integrando as atividades de Ensino com as práticas de Pesquisa e de Extensão e articulando a Graduação com a Pós-Graduação.
8	Formar profissionais-cidadãos capazes de refletir autonomamente, com competência técnica e teórica, de modo a contribuir com a construção de uma sociedade justa, sustentável e solidária.

Fonte: UFFS (2012, p. 25-26).

Quadro 3 – Objetivos Gerais da Pesquisa da UFFS

I	Promover o avanço do conhecimento, da tecnologia e da inovação, nas diferentes áreas de conhecimento, visando ao desenvolvimento social, cultural e econômico de forma sustentável e solidária.
II	Contribuir com a qualificação permanente de todas as atividades-fim da UFFS e aprofundar a integração entre elas.

Fonte: UFFS (2012, p.37).

Quadro 4 - Objetivos Específicos das Ações da Extensão

I	Desenvolver Programas e Projetos voltados para toda a sociedade, comprometidos com a inclusão social, com a produção e a disseminação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.
II	Difundir resultados e benefícios oriundos da criação cultural e artística e da pesquisa científica e tecnológica.
III	Manter a Universidade aberta à participação da população, promovendo amplo e diversificado intercâmbio com instituições, organizações e movimentos organizados da sociedade.
IV	Proporcionar ambiência acadêmica, que favoreça, a partir da Extensão, a construção do conhecimento emancipatório, a capacitação para a atuação profissional do acadêmico e a sua formação cidadã.
V	Promover o respeito à pluralidade de pensamento e à diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais.
VI	Fomentar o desenvolvimento de programas e projetos a partir de métodos participativos e de pesquisa-ação objetivando promover a cidadania e os valores democráticos dos diferentes sujeitos sociais envolvidos nas ações.

Fonte: UFFS (2012, p. 32).

As graduações oferecidas privilegiam as vocações da economia regional e estão em consonância com a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC). Com a aplicação da nova política de ingresso, a maioria dos alunos da graduação são provenientes de escolas públicas de diferentes locais do Brasil. Isso reafirma o compromisso da UFFS em garantir o acesso à educação superior pública, gratuita e de qualidade para todos, além de antecipar a conquista de objetivos fundamentais para o país, para a população e para a estrutura escolar, fazendo justiça à trajetória dos estudantes brasileiros, ao perfil econômico das famílias e à caracterização étnica da população. Para ingressar na UFFS é preciso realizar o ENEM, pois a Universidade atualmente adota o SISU como método de acesso à graduação.

Ao caminhar cada dia mais em direção à igualdade e com o comprometimento em oferecer a oportunidade de cursar uma graduação de qualidade e totalmente gratuita, a UFFS oferece ainda bolsas e auxílios, conforme Quadro 6, para que os alunos se dediquem o máximo aos estudos e permaneçam na Universidade até o fim do curso. As bolsas são voltadas para as áreas de ensino, pesquisa e extensão, incentivando o desenvolvimento de diversos projetos. Já os auxílios favorecem a permanência do acadêmico na UFFS.

Quadro 5 - Programas de Apoio Financeiro e Pedagógico

Bolsa Permanência	Modalidade de auxílio socioeconômico que consiste no repasse de dinheiro aos estudantes com carência comprovada e pode-se somar a outros auxílios e outras bolsas como pesquisa, extensão, etc. Esta modalidade de bolsa visa disponibilizar as condições de permanência dos estudantes com carência comprovada no ensino superior para reduzir os índices de evasão e garantir tranquilidade aos estudantes para que possam se focar nos seus estudos e melhorar sua formação acadêmica. Sua concessão ocorre mediante análise socioeconômica e análise documental. A duração pode ser até 10 meses, contemplando o período em que é concedida até o final do ano letivo.
Bolsa Esporte	Modalidade de bolsa concedida ao acadêmico dentro de determinadas modalidades para facilitar a realização de esportes na UFFS como prevê o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Tem como objetivos: fomentar a prática de esportes entre os acadêmicos; preparar para os jogos universitários; fortalecer o movimento estudantil. Sua concessão sucede mediante edital de seleção que afere aptidões do estudante na modalidade que pretende a bolsa, sendo sua duração de 10 meses.
Auxílio alimentação	A manutenção e pagamento deste auxílio estão diretamente ligados a concretização do Restaurante Universitário. Discentes com vulnerabilidade socioeconômica comprovada terão isenção ou redução dos valores pagos no RU.
Auxílio moradia	Apoio financeiro: concedido aos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica não 86 83 contemplados pelas vagas da moradia estudantil.
Auxílio transporte	Tendo em vista a distância dos campi em relação aos centros urbanos faz-se necessário garantir o pagamento desse auxílio.
Auxílio creche	Benefício concedido aos acadêmicos com vulnerabilidade socioeconômica com o intuito de estimular sua permanência na universidade. Este auxílio será concedido aos estudantes não contemplados com vagas nas creches públicas
Auxílio material	Auxílio financeiro que tem o objetivo de custear didático parte das despesas dos alunos com material didático para a participação dos mesmos nas atividades acadêmicas, especialmente para aqueles cursos que demandam maiores gastos.
Viagens de estudo e Apresentação de trabalhos e participação em eventos	O estudante receberá o auxílio financeiro para custear suas despesas mediante comprovação de vinculação direta da atividade com a área de formação do curso.

Fonte: UFFS (2012, p. 82-83).

Desde a implementação da UFFS, foram investidos R\$ 321 milhões em 54 obras já concluídas nos seis campi situados nos três Estados do Sul do País.

No tocante aos estudantes da UFFS, totalizam em torno de 10 mil, em 44 cursos de graduação e 15 mestrados, destes, 91% são oriundos de escola pública e 87% representam a primeira geração da família a entrar numa universidade. A única universidade do país onde todos os estudantes em situação de vulnerabilidade econômica recebem auxílios. A UFFS conta com 302 residentes médicos, sendo 259 vinculados ao Campus Passo Fundo e 43 ao Campus Chapecó.

O número de servidores efetivos na UFFS totaliza em 1.397 efetivos (694 TAEs e 703 docentes) e 85 professores são substitutos. Dos docentes 89% tem Regime de Trabalho Dedicado Exclusivo. A maioria 69,56% com doutorado. Atualmente, 121 docentes (17,21%) estão afastados usufruindo do Plano Institucional de Afastamento para Capacitação Docente (PIACD). 17,21% do total). Dos TAEs 172 são mestres e 17 doutores. No Programa de Educação Formal (PLEDUCA) estão atualmente 101 (14,5% do total), sendo nove integrais e 92 com concessão de horas. Os servidores são majoritariamente jovens: 67,64% na faixa de 30 a 45 anos.

Em termos de docentes, foram concursados 703 docentes, sendo que mais de 90% com Dedicado Exclusivo, 69,56% destes, atualmente, possuem doutorado e 17,21% em algum

momento em 2018 estiveram afastados. Os servidores Técnico-Administrativos em Educação – TAEs, totalizam 694, sendo que em 2018, 14,55% estiveram qualificando se no PLEDUCA.

A UFFS é a única instituição que tem um Campus em um assentamento de reforma agrária. É a primeira instituição do Programa de Expansão das Escolas Médicas e a única com participação da sociedade civil organizada em Conselhos, Conferências e Eleições. É também a universidade com maior número de indígenas na Região Sul e com um Campus em menor cidade do país [Cerro Largo].

A UFFS está construindo um dos maiores complexos de Hospital Veterinário do Brasil, no Campus de Realeza. A Instituição conta com o maior e melhor Programa de Formação Continuada de professores segundo o MEC, o primeiro Programa de Formação de Jovens Rurais de Mulheres Agricultoras, a número '1' em inclusão social (Prêmio Santander) e a número '1' em transparência na gestão, de acordo com o TCU.

Desde a sua implementação, em 2010, a UFFS já promoveu mais de 1.600 ações de extensão e cultura, impactando um público de mais de 200 mil pessoas, por meio de editais internos e externos ou propostas de demanda espontânea, com atuação em áreas temáticas prioritárias, como: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho. Deste modo os resultados entregues na extensão e cultura em 2018, por exemplo, foram: 73 programas e projetos aprovados com bolsas; 249 programas e projetos institucionalizados; 35.225 pessoas beneficiadas diretamente nas ações; 1.866 pessoas envolvidas diretamente nas ações, sendo: 1.018 discentes (98 bolsistas e 920 voluntários); 510 Docentes (451 de extensão e 59 de cultura); 144 Técnicos Administrativos; 194 Parceiros da Comunidade Externa.

Programas como o “Novos Talentos”, subsidiado pela CAPES de 2010 a 2014, as Ações das Incubadoras Sociais em diferentes campi, o programa "Fronteira em Movimento", Formação continuada de Professores, "Nos caminhos da Práxis", Feiras Agrocológicas realizadas nos campi da UFFS, as Ações de Incubadora Social, o Festival da Cultura, demonstram o potencial para constituírem-se em programa pilotos para a materialização da "Curricularização da Extensão" da UFFS fomentando e atendendo a nova legislação, pela qual no mínimo 10% de ações de extensão devem fazer parte dos currículos dos curso de graduação.

Há também muitos projetos em andamento no campo das pesquisas científicas e na área de extensão, os quais formam, com o ensino, os três pilares que alicerçam as atividades desenvolvidas pela UFFS. Isso é refletido no alto padrão de formação dos acadêmicos e certificado pelas recentes avaliações realizadas pelo Ministério da Educação nos cursos da Universidade. Se por um lado os alunos contam com um ensino regular de qualidade, por outro viés podem explorar diferentes habilidades por meio de pesquisas científicas em diversas áreas do conhecimento e ainda fortalecer a economia e o desenvolvimento da região onde estão inseridos, através de projetos que buscam a integração, interação e inclusão entre os estados, cidades e a universidade.

Considerando que no mundo contemporâneo, as rápidas transformações destinam às universidades o desafio de reunir em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, os requisitos de relevância, incluindo a superação das desigualdades sociais e regionais, qualidade e cooperação internacional. Deste modo, as universidades constituem, a partir da reflexão e da pesquisa, o principal instrumento de transmissão de experiência cultural e científica acumulada pela humanidade. Nessas instituições apropria-se o patrimônio do saber humano que deve ser depositária e criadora de conhecimentos (BRASIL, 2001 p. 27).

Constata-se que a atuação da UFFS vem ao encontro do que o Plano Nacional de Educação estabeleceu, que nenhum país pode aspirar ao desenvolvido e a independência sem um forte sistema de educação superior que possua em seu núcleo estratégico as universidades com suas funções de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2001).

Por fim, a UFFS assume o compromisso de permanente diálogo e interação com a sociedade, nas mais diversas práticas acadêmicas, sem deixar de manter sua autonomia enquanto instituição à qual cabe o papel de pensar não apenas sobre a solução dos problemas da sociedade, mas sobre a própria forma como a sociedade delimita e compreende tais problemas, produzindo sobre eles não apenas alternativas de solução, mas conhecimento científico, que é fundamental para o desenvolvimento local e regional sustentável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação de uma universidade pública em determinada comunidade possibilita o desenvolvimento seja local ou regional. A UFFS, embora esteja em funcionamento há somente uma década, já tem revelado inúmeras contribuições, seja na atividade de ensino, de pesquisa ou de extensão, com estreita aderência com sua missão definida no plano de desenvolvimento institucional.

Os resultados evidenciam que, a UFFS em consonância com seu projeto de universidade, pública e popular, de qualidade, tem contribuído para o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul, mediante a formação acadêmica de cidadãos conscientes e comprometidos, a investigação e produção científica, a inserção social via ações de extensão universitária, além do impacto promovido em diferentes setores da economia local. Conclui-se que a universidade pública vem se constituindo numa importante estratégia para o desenvolvimento local e regional sustentável.

Esta investigação apresenta como principal limitação, ter como base de consulta os documentos da universidade, sem a possibilidade de compreender este fenômeno a partir da percepção da direção, dos docentes, dos técnico-administrativos, dos acadêmicos e, especialmente, da comunidade regional.

Neste sentido, estudos futuros deveriam contemplar a ótica de diferentes atores sociais da comunidade universitária sobre sua importância no desenvolvimento regional. Assim como, aplicar o modelo proposto por Hoff e San Martin (2011), que permite identificar os impactos diretos e indiretos da universidade na sociedade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BENINCÁ, D. Uma universidade em movimento. *In*: BENINCÁ, D. (Org). **Universidade e suas fronteiras**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. Cap. 1. p. 31-61.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 03 abr. 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Brasília: Casa Civil.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá providências**. Brasília: Diário Oficial da União, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. 2010. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/expansao>. Acesso em: 03 abr. 2019.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2003.

FAGUNDES, M. V. C.; GIROLETTI, D. A. Universidade pública e desenvolvimento regional: um estudo da contribuição da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. *In: Anais do II SINGEP*. São Paulo. 2013.

GEREMIA, D. S. *et al.* O ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura na perspectiva de uma universidade popular. II Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE) da UFFS. Chapecó: UFFS, 2018. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao/noticias/uffs-publica-livro-da-ii-coepe. Acesso em: 03 abr. 2019.

HOFF, D. N.; SAN MARTIN, A. S.; SOPEÑA, M. B. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da Unipampa em Sant’Ana do Livramento. **Redes**, v. 16, n. 3, p. 157–183, set/dez, 2011.

HOFF, D. N.; MESQUITA, D. G.; SOPEÑA, M. B.; SAN MARTIN, A. S. Universidades Públicas como Instrumento de Desenvolvimento Regional: um estudo de caso sobre a experiência brasileira. *In: SILVESTRE, H. C.; ARAÚJO J. F. (Org.). Coletânea em Administração Pública*. Lisboa: Escolar Editora, 2012, v. 01, p. 339-370.

LIMA, A. C. da C.; SIMÕES, R. F. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica pós-guerra: o caso do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2009.

MANOLESCU, F. M. K.; LIBERATO, E. M. O impacto da Universidade do Vale do Paraíba na comunidade local. *In: XII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 12., 2008, Paraíba. Anais [...], Paraíba: Univap, 2008. p. 1 - 5. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosCEGLU/00001485_01_O.pdf. Acesso em: 03 abr. 2019.*

MEC. **Expansão da Educação Superior e Profissional e Tecnológica: Mais formação e oportunidade para os brasileiros**. Brasil, 2011.

NOGUEIRA, M. D. P. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção. **Interfaces – Revista de Extensão**. v. 1, n. 1, p. 35-47, jul./nov.2013.

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

PAIVA, C. A. N. Regionalização com vistas ao planejamento do desenvolvimento endógeno sustentável. *In: Anais das Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada*. Porto Alegre: FEE/PUCRS, 2005.

ROLIM, C.; SERRA, M. Instituições de ensino superior e desenvolvimento regional: o caso da Região Norte do Paraná. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 87-102, set./dez. 2009.

SALES, E. C. da S. S. *et al.* O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni): uma análise de seu processo de avaliação. *In: XLI ENCONTRO DA ANPAD - ENANPAD*, 2017, São Paulo. **Anais [...]**. Disponível em: http://www.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=1453&cod_evento_edicao=89&cod_edicao_trabalho=23078#. Acesso em: 10 abr. 2020.

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERRA, M. A.; ROLIM, C. F. C. Desenvolvimento e engajamento regional: o papel das universidades. *In: SILVEIRA, R. L. L. (Org.). Observando o desenvolvimento regional brasileiro: Processos, Políticas e Planejamento*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de desenvolvimento sócio-econômico: uma síntese. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí - RS, v. 1, p. 45-72, 2003.

SILVA, F. M. da; MELO, P. A. de. Universidade e compromisso social: a prática da Universidade Federal de Santa Catarina. *In: Anais Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária em América del Sur*, 10, Mar del Plata, 8-10 de diciembre de 2010.

TELOCKEN, S. G.; JUNGES, V. de Campos. Ação coletiva como forma de ampliar a educação para a sustentabilidade: uma discussão a luz da agenda 2030. *In: XXI ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE*, 2019, São Paulo. **Anais XXI ENGEMA**. Disponível em: http://engemausp.submissao.com.br/21/anais/resumo.php?cod_trabalho=224. Acesso em: 19 set. 2020.

TREVISOL, J. V. O ensino superior público na Mesorregião Fronteira Sul: a implantação da UFFS. *In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. História da Fronteira Sul*. Chapecó: Editora UFFS, 2015. p. 333-352.

TREVISOL, J. V.; CORDEIRO, M. H.; HAAS, M. **Construindo agendas e definindo rumos: I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS**. Chapecó: UFFS, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Chapecó: UFFS: 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão Pró-Tempore 2009-2015**. Chapecó: UFFS, 2015.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.